



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MORRETES – COMSEA

9ª Ata da reunião do COMSEA realizada em 21/02/2024.

Na data de vinte e um de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, as treze horas e trinta minutos, reuniram-se alguns membros do conselho, sendo: A Presidente Valdenise Batista Veloso, Fabiane Cristina Gualdezi Brustolin, Gislaine Cagni Santiago, Amanda Lopes Lago, Antônio Ribeiro Neto, Jaqueline Monteiro Oliveira, Renata C. Colombo de Araujo, Carmo Colombo, Aguinaldo Ramos Forbeci, Fernanda de O. Nascimento Jacques. Valdenise iniciou a reunião fazendo apresentando o material *“Caderno do Conselheiro - Aprofundando conhecimentos, construindo e monitorando Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios Paulistas e Paranaenses”*, que trata sobre a importância do conselho e do conselheiro(a) de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como relaciona as atribuições do Conselho com orientações e/ou sugestões de como executá-las. Como encaminhamento, foi solicitada a impressão deste material para entregar aos conselheiros. Em seguida, Valdenise iniciou a leitura do Regimento interno, durante a leitura membros do conselho realizaram questionamentos sobre alguns pontos do documento, os quais foram esclarecidos, e recomendaram a importância de realizar a seguinte alteração no documento: em todos os pontos que trata sobre períodos de tempo de respostas à documentos e realização de atividades/eventos, que seja respeitado o calendário nacional de acordo com dias úteis. Por aclamação o regimento foi aprovado e passa a valer a partir da data de realização desta reunião. Em seguida, Amanda – Nutricionista do município fez a apresentação das informações da Secretaria Municipal de Saúde sobre os dados que se relacionam com a Segurança Alimentar. Inicia explicando sobre a Lei Nº 8080 de Setembro de 1990 que estabelece o caráter determinante da alimentação e atribui ao Ministério da Saúde (MS) o papel de formular políticas de alimentação e nutrição; trata sobre Política

Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída em 1999, chega para dar concretude às ações de alimentação e nutrição no SUS – a edição mais recente da PNAN publicada em 2011 apresenta como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e à nutrição. A avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes compõem a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), e este ponto foi questionado pelos conselheiros sobre como a secretaria municipal realiza esses monitoramentos, os quais precisam de avanços. Continuando a apresentação, Amanda explica que quando aplicada de forma ampliada, a VAN demanda a adoção de diferentes estratégias de vigilância epidemiológica, aplicadas com base em inquéritos populacionais, chamadas nutricionais e produção científica, com ênfase nos acompanhamentos feitos nos serviços de saúde. Juntas, essas estratégias têm potencial de produzir um conjunto de indicadores de saúde e nutrição que deverão orientar a gestão na formulação de políticas públicas e as ações locais de atenção nutricional. Sobre este ponto, ficou clara para os conselheiros a necessidade de realizar este acompanhamento nas escolas e através de ações nas comunidades. Continuando, ela relata que as ações de promoção da saúde são potencializadas por meio da articulação dos diferentes setores da saúde, além da articulação com outros setores. Essas articulações promovem a efetividade e sustentabilidade das ações ao longo do tempo, melhorando as condições de saúde das populações e dos territórios. Para finalizar, Amanda trouxe uma importante informação de que o Brasil tem vivenciado uma peculiar e rápida transição nutricional: de um país que apresentava altas taxas de desnutrição, na década de 1970, passou a ser um país com metade da população adulta com excesso de peso, em 2008. No entanto, os avanços são desiguais. Ainda persistem altas prevalências de desnutrição crônica em grupos vulneráveis da população. Pela atuação da conselheira Amanda se dar na parte mais técnica da secretaria, não houve apresentação das informações sobre os dados municipais de monitoramento das condições da segurança alimentar, porém, estas informações são necessária para embasar a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e deverão ser aprofundadas durante a construção deste. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada.

